MATO GROSSO

Governo endurece medidas e multas para quem provocar aglomerações

Cidadão poderá arcar com penalidade de R$ 1.500 e empresas de R$ 30 mil

REDAÇÃO DS / Secom-MT

O projeto de lei para endurecer o cumprimento das medidas restritivas do Governo de Mato Grosso foi aprovado pela Assembleia Legislativa. As multas aplicadas a pessoas físicas e empresas que desrespeitarem as regras serão triplicadas em caso de reincidência.

Conforme a Lei n° 11.316/2021, a multa é de R$ 500 para o cidadão e R$ 10 mil para a empresa. Ou seja, com a nova lei, em caso de reincidência, o cidadão poderá arcar com penalidade de R$ 1.500 e as empresas com R$ 30 mil.

Além disso, se houver três descumprimentos, os estabelecimentos serão interditados por 30 dias "por grave lesão à saúde pública". "Estamos enfrentando uma guerra contra as aglomerações. Já fizemos o trabalho de prevenção, de conscientização e mesmo assim centenas de aglomerações foram dispersadas pela nossa Polícia Militar nas últimas semanas em todo o Estado. Espero que com uma multa mais pesada, tenhamos mais consciência. Toda e qualquer atividade que não cumprir as regras será autuada no rigor da lei", afirmou o governador.

Aglomerações devem ser denunciadas, pede governo

> Estamos enfrentando uma guerra contra as aglomerações

"Com ou sem feriados, quero pedir a colaboração de todos para que nos esforcemos para praticar e reforçar o distanciamento social, porque o momento exige isso para salvarmos a sua vida, a vida da sua família e das pessoas que você ama. (...) Não será um decreto ou uma lei, sozinhos, que vão resolver o problema. O contágio ocorre pelo contato humano, e só com a colaboração de toda a população poderemos reduzir a contaminação e as mortes. Precisamos que daqui para a frente haja um pacto pela vida, e uma guerra contra a aglomeração".

Vale lembrar que as medidas restritivas seguem em todo o Estado até a próxima semana, com a proibição de todas as atividades econômicas das 19h às 5h de segunda a sexta. Aos sábados e domingos, a proibição será após o meio-dia, tirando as excepcionalidades.

Além disso, após as 21h, a circulação de pessoas nas ruas está proibida, com exceção de alguns serviços essenciais. "Encontrou alguém ou algum estabelecimento desrespeitando o decreto? Denuncie! 190 - Ciosp: eventos em andamento e outras situações emergenciais; 0800 65 3939 - Disque-denúncia: festas agendadas", pedem. "As equipes de segurança estão nas ruas e trabalham no endurecimento das ações repressivas, com o fechamento de estabelecimentos, a aplicação de multas e até mesmo a prisão de pessoas que não cumprirem as medidas de restrição estabelecidas".

CONTRA COVID

Policiais querem inclusão em grupo prioritário de vacinação

Redação DS

A Associação dos Praças Policiais Militares de Tangará da Serra (Asppom) iniciou esta semana uma campanha para a inclusão dos profissionais da segurança pública no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. A ação segue orientação da União dos Policiais do Brasil (UPB).

"Tangará da Serra não poderia ficar de fora, tanto a Associação dos Policiais Militares, quanto a Polícia Civil e Policiais Penais, todos engajados", garante o presidente da Asppom, Sargento PM Francioli, ao justificar o pedido. "Como conhecem, a função do Policial é na linha de frente, lidando diretamente com a população e, então a gente quer ser incluído no programa de priorização".

Segundo o Sargento PM Francioli, em Tangará da Serra são em torno de 110 policiais que trabalham diretamente com o público e, desde o ano passado, muitos policiais já foram contaminados com o vírus, contabilizando inclusive um óbito de um policial militar da reserva. "Pedimos as autoridades que olhem para nós, de maneira que venham nos contemplar com a vacina, porque não é para benefício próprio, e sim de toda a população".

Vale lembrar que na última semana os investigadores da Polícia Judiciária Civil de Tangará da Serra e região promoveram uma manifestação pedindo pela imunização.